GRUPO OTHON E A MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SIMBÓLICO-MATERIAL

Ivo dos Santos Farias
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp/Marília
Doutorando em Ciências Sociais
ivofarias10@hotmail.com

RESUMO: Este artigo analisa o processo de modernização no Brasil no fim da primeira metade do século XX. Para isso, apresenta as contradições simbólicas e materiais na luta de classes na Fábrica Carmen de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho (Maceió-AL), pertencente ao grupo Othon Bezerra de Mello. Neste meio, discute a formação da burguesia nacional e o processo de desenvolvimento da indústria têxtil, situando o grupo neste contexto. O texto parte do pressuposto de que a formação e o sentido da modernização brasileira se deram interseccionados com um conjunto de práticas, pensamentos e ideologias oligárquicas, patriarcais e aristocráticas, as quais se conectam ao papel da burguesia nacional dentro do mercado mundial, onde o Brasil representa papel coadjuvante e submisso em relação ao grande capital financeiro e industrial internacional.
Palavras-chave: Modernização. Industrialização. Luta de classes.

ABSTRACT: This article analysis the modernization process in Brazil at the end of the first half of the twentieth century. For this, it presents the symbolic and material contradictions in the class struggle at the spinning and weaving Carmen Factory in Fernão Velho (Maceió-AL), belonging to Othon Bezerra de Mello group. In this environment, discusses the formation of the national bourgeoisie and the textile industry development process, placing the group in the context. The text assumes that the formation and the direction of the brazilian modernization happened intersected with a set of pratices, thoughts and oligarchic ideologies, patriarchal and aristocratic, which connected themselves with the national bourgeoisie role in the world market, where Brazil represents a supporting and submissive role in relation to the large intellectual financial and industrial capital.
Keywords: Modernization. Industrialization. Class struggle.

1 – Introdução

Ao observarmos a sociedade brasileira ao longo da primeira metade do século XX, podemos afirmar que estamos tratando de um contexto marcado pelo desenvolvimento industrial, urbano e tecnológico, junto a um processo de modernização das estruturas de diversos setores e instituições da sociedade de forma até então nunca visto. Concomitantemente, surgem as vozes dos movimentos operários, a atuação sindical, os conflitos políticos entre classes, as primeiras greves de operários e a formação de partidos

políticos de variadas vertentes.

Nada obstante, todo este desdobramento se constituiu dentro de um conjunto de transformações que estavam interligadas com a própria dinâmica dos países-centro, onde o Brasil, enquanto país periférico, seguiu tardiamente este processo, porém sem perder sua posição de subordinação em relação às grandes potências. Dito isso, podemos declarar que a recém-nascida burguesia brasileira se infiltrou no mundo capitalista de maneira subordinada às burguesias das grandes potências industriais e financeiras do mundo. Isto pode ser visto na forma como o Brasil adentrou no mercado internacional e se modernizou, tendo-se em vista que tal processo ocorreu de forma a não modificar elementos clássicos do conservadorismo inerente aos diversos setores da classe dominante.

Partindo desse pressuposto, apresentamos neste artigo o exemplo do conservadorismo fabril do grupo Othon, na Fábrica Carmen[1], situada na vila operária de Fernão Velho – Maceió/AL. Criado pelo pernambucano Othon Lynch Bezerra de Mello, o grupo Othon espalhou-se por diversas regiões do país, iniciando pela aplicação do capital no setor têxtil, que, entre as primeiras décadas do século XX e os anos 1940, foi o mais próspero setor industrial brasileiro; em paralelo ao setor têxtil, o grupo ampliou seu capital para outros setores. Veremos que o desenvolvimento da industrialização e da modernização do grupo se fez sobre a base de valores e costumes arcaicos das oligarquias nacionais tradicionais.

Para que possamos visualizar a condição e o contexto deste grupo dentro das especificidades circunstanciais brasileiras, trazemos primeiramente uma discussão sobre as origens e a formação da burguesia nacional, onde podemos ver que esta se situava dentro da conjuntura do capitalismo imperialista internacional; em seguida, abordaremos sobre o avanço industrial brasileiro no início do século XX para que possamos entender o contexto no qual este se passava; perpassaremos pela trajetória política e social do patriarca do grupo Othon; e, por fim, faremos uma breve análise das falas de operários/as da vila operária de Fernão Velho, como contraponto ao discurso dominante dos industriais.

Por fim, devemos esclarecer que este artigo foi construído a partir das discussões trazidas na disciplina “O Sentido da Modernização Brasileira: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil”, ministrada pelo professor Anderson Deo, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp/Marília, durante o primeiro semestre de 2015. Acrescentam-se ao artigo intersecções com o projeto de doutorado de seu autor pela mesma instituição: Os Ecos do Silêncio: reconstrução da memória operária têxtil de Fernão Velho (Maceió-AL), orientado pelo professor Fábio Kazuo Ocada.

1 A fábrica Carmen (de Fernão Velho) pertenceu ao grupo Othon durante os anos de 1943 e 1996, período em que esta teve o posto de maior indústria têxtil do Estado de Alagoas.

2 - A formação da burguesia brasileira

O processo de modernização do espaço-nação hoje denominado Brasil esteve relacionado a um conjunto de transformações políticas, sociais, culturais e econômicas ocorridas na Europa, principalmente após o fim do século XVIII. Estas mudanças foram alicerçadas pelo surgimento e desenvolvimento da industrialização capitalista e pela consequente expansão da burguesia financeira, comercial e industrial em seu plano internacional imperialista. Sendo assim, é impossível compreender a condição brasileira sem considerar de antemão sua posição político-econômica e suas conexões com a totalidade do mundo capitalista[2] em seus diferentes momentos.

Segundo Caio Prado Jr., a formação histórica brasileira foi inicialmente marcada pela expansão do capitalismo sob a forma de expansionismo marítimo europeu à procura de novos espaços comerciais, onde o sentido ou o intuito de nossa formação histórica não se fez sob interesses ou articulações internas, mas seguindo demandas e obedecendo a uma lógica produtiva externa. Para Prado Jr., este sentido continuava por se reafirmar no período em que escreveu sua obra, em 1942. Entendemos que o sentido ainda se mantém nos dias atuais.

Desse modo, podemos afirmar que a formação de uma burguesia nacional ou de famílias burguesas originárias no/do Brasil deu-se somente a partir de meados do século XIX[3], quando aqui se iniciou a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, tanto nas lavouras de café e nas plantações algodoeiras, bem como nas incipientes indústrias e na agroindústria canavieira.

No entanto, é importante sinalizar que esta formação aconteceu num terreno em que as experiências históricas anteriores tiveram significativa influência na maneira com que o capitalismo brasileiro se formou. Posto isso, podemos perguntar: quais as características dessa burguesia nacional nascente? Como esta estava articulada com as grandes potências europeias? De que forma esta burguesia nacional articulou-se com o processo de modernização?

Primeiramente, precisamos assinalar a premissa de Marx e Engels em O Manifesto Comunista (2010), quando demonstraram que a burguesia é uma classe que precisa trazer um constante revolucionamento sobre os instrumentos e meios de produção e sobre as

2 Ver LOWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Actuel Marx, 18, 1995. Tradução de Henrique Carneiro.

3 É importante frisar que não estamos dizendo que antes disso não havia relações capitalistas no Brasil, pois como foi dito nos parágrafos anteriores, a formação do Brasil está ligada ao desenvolvimento do capitalismo europeu, o que significa dizer que a escravidão brasileira foi não um modo escravista de produção, mas um escravismo atrelado ao capitalismo, pois dependia deste último para existir.

relações sociais ("tudo o que era sagrado é profanado") e que este movimento cíclico gera crises de excesso de produção. Essas crises fazem com que o capital procure se expandir por novos mercados e intensifique a exploração dos antigos.

Esta condição explica as transformações da sociedade brasileira em meados do século XIX, porque a burguesia brasileira nasceu da resposta a uma crise estrutural do capitalismo, que originou concomitantemente o imperialismo e o surgimento de uma burguesia brasileira. Segundo Florestan Fernandes (1975: 294), o imperialismo fez com que as nações hegemônicas necessitassem "[...] de 'parceiros sólidos' na periferia dependente e subdesenvolvida – não só de uma burguesia articulada internamente em bases nacionais, mas de uma burguesia bastante forte para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa".

Dito isto, em meados do século XIX, a burguesia brasileira, localizada na nova região central, passou a se fortalecer principalmente a partir da produção cafeeira exportadora, do crescimento de um mercado nacional, de uma burguesia comercial local, do fluxo de imigrantes europeus e japoneses e de uma circulação de capital em sua essência diferente do período colonial, ao mesmo tempo em que se deslocou do antigo centro da produção colonial-mercantilista, ou seja, da região predominantemente canavieira (mais tarde denominada Nordeste brasileiro), para a região cafeeira, que posteriormente foi denominada Centro-Sul (compreendida entre parte dos Estados de São Paulo, de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná).

Todavia, não podemos deixar de dizer que este deslocamento da produção econômica interna se deu em paralelo ao processo de imigração em massa de europeus e japoneses para a composição da força de trabalho na produção cafeeira assalariada e mais tarde para a produção industrial. Com esta metamorfose no espaço produtivo, houve um gradual abandono político da região anteriormente dominante.

Francisco de Oliveira (1981) explicou que estes deslocamentos regionais corresponderam à dinâmica da lógica de expansão imperialista, onde o antigo modelo de criação de colônias do capitalismo mercantilista passou a ser substituído pelo surgimento das nações. Este processo esteve atrelado consequentemente à formação de burguesias nacionais nos países periféricos, as quais tiveram interesses coincidentes com a reprodução do capital internacional. Oliveira complementa sua análise afirmando que as mudanças internas foram condicionadas a um sentido externo de reprodução do capital, porque "[...] a forma predominante de capital que elevou o Nordeste algodoeiro-pecuário à hegemonia regional é uma forma que, em última instância, encontrava-se *fora* da região Nordeste: encontrava-se na Inglaterra e em outros países centrais" (Idem: 30, grifo original).

De acordo com Francisco Foot e Victor Leonardi (1982), devido à grande

concentração de capital e à necessidade de centralização desta época, só poderiam constituir-se enquanto burguesia industrial as classes dominantes que tivessem um grande mercado interno ou colônias, o que não era o caso do Brasil, tendo-se em vista que seu pequeno mercado interno, em meados do século XIX, era dominado pela Inglaterra.

Sendo assim, a fase embrionária da burguesia nacional continuava a reproduzir o modelo de produção em larga escala para exportação de *commodities*, tendo agora como produto principal o café. Isso explica o fato de que, no Censo Industrial de 1866, o Brasil possuía apenas 9 indústrias têxteis, enquanto que nos Estados Unidos da América já havia 1.000 dessas indústrias (SIMONSEN, 1973).

Nestas condições, a segunda metade do século XIX foi um momento de profundas transformações no contexto político e econômico brasileiro, porque o crescimento do capital propiciado pelo café e pela ampliação do capital financeiro britânico impulsionou um processo de crescimento do comércio interno, das comunicações e do transporte, através da instalação das linhas férreas em algumas regiões do país; também o surgimento de algumas indústrias e a ampliação de outras, na última década deste século[4]; e, por último, o desligamento político da metrópole portuguesa, representado pela proclamação da República. Estas mudanças estruturais deram condições para a formação de uma burguesia nacional e para um "boom" industrial durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que comentaremos adiante.

Mas, o que importa destacar é o fato de que esta modernização foi marcada por um sentido conservador, devido ao fato de a própria burguesia nascente estar submetida ao capital financeiro estrangeiro, fato que se acentuou ao longo do século XX.

> A burguesia brasileira já nascera subordinada e dependente do capital estrangeiro. O mercado mundial, nessas alturas, já havia sido dividido pelas burguesias imperialistas entre si. A burguesia brasileira, assim como a burguesia dos demais países latino-americanos, não tem acesso direto a esse mercado mundial a não ser em circunstâncias muito especiais. Esse mercado é fechado e defendido pelo imperialismo que o explora e monopoliza (HARDMAN; LEONARDI, 1982: 60).

Ao compreendermos as circunstâncias e as características da parcela hegemônica[5] da burguesia brasileira em seu processo de formação, observamos que esta trazia em si o

4 Para conhecer mais afundo o contexto de transformações políticas, sociais e econômicas no Brasil a partir do século XIX, ver SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

5 Enfatizamos que esta burguesia não era homogênea, pois havia uma pequena parcela contrária a este posicionamento conservador. Para exemplificar, podemos referenciar Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, homem de origem simples que se dedicou à especulação através de estudos de Economia e se tornou um dos brasileiros mais ricos do século XIX. Porém, os setores mais conservadores da política nacional criou uma série de empecilhos para o desenvolvimento comercial, financeiro e industrial de sua época.

germe do predomínio de uma burguesia subordinada ao grande capital financeiro e imperialista internacional, o que marcou sua trajetória ao longo do século XX. A partir desse pressuposto, discutiremos a seguir sobre as condições do desenvolvimento da indústria têxtil nacional para que possamos perceber sua liderança econômica em parte do século XX.

3 - O "boom" da indústria têxtil nacional: formação da burguesia industrial

Como já foi dito, a burguesia brasileira nasceu num contexto de subordinação e dependência em relação ao capital financeiro internacional e na condição de exportadora de produtos agrícolas em larga escala, inserindo-se na lógica imperialista de expansão capitalista, em que a burguesia financeira e/ou industrial dos países dominantes passou a dominar a burguesia dos países periféricos, de modo que o Brasil ficou dominado principalmente pelo capital financeiro inglês, já no final do século XVIII. Tal subordinação acentuou-se ao longo do século XIX[6].

Foi somente nas últimas décadas do século XIX que começaram a surgir no Brasil algumas indústrias (principalmente as têxteis), de forma bastante tímida e desarticulada com os interesses políticos do Estado. Pode-se dizer que o processo de industrialização ou de implantações de indústrias[7] só veio começar a se consolidar em 1892, quando o país ingressou "[...] num período de mais de três décadas de desenvolvimento que se encerraria com a grande depressão e a revolução de Vargas em 1930" (STEIN, 1979: 107).

Segundo Pedro Fassoni Arruda (2012: 118),

> O período que se abre com a proclamação da República e termina com a Revolução de 1930 representa, na história econômica do país, um período de transição entre dois "modelos" cujas características são bastante distintas: de um lado, o assim chamado agroexportador, cujo núcleo era a economia cafeeira, e, de outro, o urbano-industrial, apoiado numa série de estímulos que favoreceram a substituição de importações.

Assim sendo, a burguesia industrial trouxe consigo ideias e práticas de modernização, urbanização e o discurso da indústria como sinônimo de progresso e de

6 Tal condição de subordinação pode ser percebido no alvará de 05 de janeiro de 1875, quando a Inglaterra obriga Portugal a proibir a produção industrial de tecido de algodão na colônia brasileira, pois esta representaria uma concorrência de mercado.

7 Distinguimos processo de "industrialização" e "implantação de indústrias" pelo fato de que em algumas regiões do país, tal como Alagoas (como abordaremos mais especificamente) não houve industrialização, pois embora as indústrias tenha dado significativa contribuição para economia regional e até para o processo de modernização, o impacto que estas teve para a sociedade não se deu com o mesmo peso que ocorreu, por exemplo, em países europeus ou mesmo em São Paulo. Esta distinção é fundamental para que possamos compreender a força política da burguesia industrial nestes diferentes contextos.

ascensão nacional. Muitas vezes, este discurso foi herdado da Europa. Podemos até supor que estas ideias poderiam se chocar com os interesses das tradicionais oligarquias agrárias brasileiras, mas na verdade o que houve foi "[...] uma complementaridade entre elas, efeito de uma dependência funcional e de uma coincidência objetiva de interesses" (PINHEIRO, 1975: 18).

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a década posterior foram fundamentais para as transformações políticas e econômicas internas, porque foi neste período que a burguesia industrial brasileira se fortaleceu e se rearticulou com as oligarquias agrárias, devido à possibilidade inédita de ter o predomínio de abastecer o mercado consumidor interno. Para termos uma noção do quanto a indústria têxtil cresceu nesta época, podemos citar a situação da União Mercantil Têxtil (que discutiremos melhor mais à frente), localizada em Fernão Velho, distrito industrial de Maceió/AL, a qual possuía cerca de 80 teares antes da Primeira Guerra Mundial e, durante o seu desenrolar, teve um crescimento para 1.000 teares (CIPRIANO, 1999).

Desse modo, o período correspondente aos anos em que se deu a Primeira Guerra Mundial representou uma espécie de "boom" para as indústrias têxteis nacionais, dando-lhes inclusive um suporte estrutural para o outro "boom", que ocorreu nos anos da Segunda Guerra Mundial, quando as potências industriais europeias deixaram de produzir tecidos, possibilitando o espaço para desenvolvimento da indústria brasileira. Os anos que vão de 1940 a 1945 representam, portanto, o período de maior prosperidade da indústria têxtil nacional, sendo as exportações um objetivo corriqueiro dos industriais (STEIN, 1979).

No entanto, não podemos esquecer que o aumento da produção industrial significou intensificação de trabalho e de exploração sobre o proletariado. Esta condição sujeitou o agravamento dos conflitos entre a burguesia e o proletariado. É justamente neste contexto que surgiu, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro (em 1922) e que houve a intensificação da atuação sindical e um grande crescimento de greves operárias em todo o Brasil, principalmente no setor têxtil. Lembremos também que o mundo vivia o momento pós-Revolução Russa, em que os anseios socialistas tomaram mais força.

Todas estas mudanças representaram a necessidade de a burguesia se reorganizar e se reconfigurar, principalmente através da modernização e burocratização do Estado e da sua política econômica, agora cada vez mais dependente do capital norte-americano. As primeiras medidas adotadas pelo Estado foram no sentido de uma intensificação da repressão policial sobre qualquer manifestação popular ou reivindicação social. O estado de sítio permanente foi marca do governo Arthur Bernardes, nos anos de 1922 a 1926; as reformas constitucionais de 1926 iam justamente na direção de fortalecer esta repressão.

Ao mesmo tempo em que cresceu a repressão do Estado, houve uma intensificação

das lutas de classes, principalmente através de diversas greves e reivindicações operárias nos últimos anos da década de 1920. O resultado foi uma rearticulação entre as burguesias para estabelecerem uma nova forma de governo. Assim, o ano de 1930 marcou o fim do período denominado política do "café com leite", em que havia a alternância de poder político federal entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais, os dois maiores produtores agrícolas da época (PINHEIRO, 1975). O fim deste predomínio foi condicionado também pela crise de 1929, que afetou radicalmente as oligarquias agrícolas.

Desse modo, podemos perceber que, embora a burguesia industrial brasileira não tenha surgido necessariamente em conflito com as oligarquias agrárias, ela passou cerca de 40 anos para poder consolidar sua participação política de forma mais efetiva no poder Estatal brasileiro. A intensificação da luta de classes na conjuntura da década de 1920 foi um impulso para que a burguesia se comportasse politicamente de forma diferente do período anterior. A burguesia-oligárquica constatou que era necessário "mudar" para manter-se no poder, isto é, mudar para não mudar. Mas esta transmutação não se fez sobre as estruturas políticas e econômicas, tendo-se em vista que a burguesia brasileira permaneceu dependente do capital estrangeiro. A chamada Era Vargas (1930-1945), portanto, representou esta reconfiguração da burguesia nacional.

Compreendido o processo de formação da burguesia industrial brasileira, podemos notar que esta classe se manteve atrelada à condição de dependência em relação à burguesia de países economicamente desenvolvidos. Durante o período Vargas, que compreendeu os anos 1930 e toda a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), esta "nova" burguesia permaneceu dependente do capital financeiro internacional, ao mesmo tempo em que se preservou extremamente repressora para com os movimentos de trabalhadores e com setores mais progressistas da sociedade civil, pois, entre outras medidas, instituiu a sindicalização dos trabalhadores vigiada pelo Estado a partir de 1931; colocou o único partido político de esquerda da época na ilegalidade (o PCB) logo após sua fundação[8]; adotou uma política interna baseada no fascismo italiano, que desembocou na ditadura do Estado Novo.

Nesse período, a economia brasileira tornou-se consideravelmente dependente da Segunda Guerra Mundial para voltar a desenvolver a produção industrial, fato este confirmado pelo recuo da produção industrial brasileira após o período de guerra. Esta condição econômica, aliada à mentalidade de nossa burguesia e seu caráter repressor condicionou inclusive para uma formação da identidade nacional afinada com o discurso de subordinação e obediência ao grande capital.

8 O Partido Comunista Brasileiro foi fundado em março de 1922 e em junho do mesmo ano já havia sido posto na ilegalidade.

4 - Othon Bezerra de Mello: intelectual orgânico da burguesia brasileira

É neste contexto que surgiu um dos maiores grupos capitalistas brasileiros da primeira metade do século XX: o grupo Othon, liderado pelo pernambucano Othon Lynch Bezerra de Mello. Segundo a historiadora Juçara Mello, em sua tese Fios da Rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial, defendida em 2012, pela PUC-RJ, o fundador deste grupo nasceu em 1880 e, originário de família de comerciante de algodão de Pernambuco, teve a possibilidade de estabelecer contatos com intelectuais, políticos e negociantes, o que lhe viabilizou enveredar-se pelo ramo empresarial. Othon foi financiado pelo pai para estudar inglês e francês na Europa, bem como para se aprofundar sobre o conhecimento sobre o funcionamento de grandes empresas.

Na década de 1920, depois de atuar no comércio, Othon possuía quatro indústrias têxteis no Estado de Pernambuco e, entre as décadas de 1930 e 1940, conseguiu fazer fortuna e ser um dos mais influentes empresários brasileiros, uma vez que seu grupo expandiu-se para os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Alagoas, dinamizando os setores de produção, pois além do setor têxtil, enveredou também pelos setores hoteleiro, de usina de cana-de-açúcar e usina hidroelétrica (Idem).

Não podemos deixar de ressaltar que o percurso de ascensão do grupo Othon também estava concatenado com o processo de modernização brasileira, em que o país conseguiu um desenvolvimento interno à custa da crise de produção dos grandes centros devido às guerras mundiais, principalmente durante o governo Vargas.

Outro ponto que merece destaque é que Othon Bezerra também foi um intelectual orgânico da burguesia brasileira e teve destacada atuação política, tanto que nos Estados em que possuía empresas, procurava se encaixar nas Academias de Letras e nos Institutos Históricos e Geográficos, o que é demonstrado pelo fato de o grupo oferecer anualmente premiações via Academias de Letras; Othon também costumava escrever textos discutindo sobre a conjuntura econômica nacional e publicá-los nas revistas destes institutos e em jornais impressos. Encontramos em periódicos do jornal alagoano Diário de Alagoas, em 28 de fevereiro de 1958, p. 4, as publicações sobre o Prêmio Othon Bezerra de Mello, pela Academia Alagoana de Letras, entregue ao poeta Luiz Gonzaga Leão.

Quanto à sua atuação política, Othon foi presidente da Associação Comercial de Pernambuco, sendo colocado inclusive como figura de destaque de uma comissão enviada ao presidente da República para defender interesses econômicos de Pernambuco. Foi também Conselheiro Municipal e Deputado Estadual por Pernambuco (ANDRADE, 2009).

Dito isto, podemos perceber que estamos lidando com um representante da burguesia brasileira, originário da região Nordeste, que trazia em seu arcabouço um

letramento, um discurso de defesa da modernização e da industrialização enquanto molas propulsoras ao desenvolvimento da nação. No entanto, vemos adiante que este discurso "modernizante" se fez ancorado em práticas patriarcais, mandonistas e oligárquicas, ou seja, o industrial brasileiro "formado" na Europa adaptou seu aburguesamento à cultura brasileira enquanto mecanismo de dominação e controle sobre os operários e operárias.

É importante salientar que o fundador do grupo Othon foi um intelectual orgânico da burguesia industrial brasileira, porque - além de ter tido acesso à formação intelectual, formando-se na Europa e obtendo contatos com grandes centros de comércio e indústrias no exterior e, ainda, estreitando relações com intelectuais do seu tempo (Gilberto Freyre, por exemplo) – foi também Conselheiro Municipal, Deputado Estadual por Pernambuco e secretário da Associação Comercial de Pernambuco, onde participou da Missão Comercial em favor do comércio pernambucano, dentre outras atuações políticas.

Percebe-se, portanto, que o patrono do grupo Othon estava bastante conectado com as transformações políticas, econômicas e sociais de seu tempo, além de estar atuante dentro de várias esferas da classe dominante intelectualizada e atento ao processo de modernização do país. Assim, poderíamos supor que o método de dominação patronal e de relação com a luta de classes do grupo Othon ocorria sob uma impessoalidade e uma forma burocrática modernizadora, onde o patrão se colocava como figura "neutra", "afastada" e "transparente" dentro do processo de dominação.

No entanto, o que pudemos notar é que seu modelo de dominação encaixava-se bem mais num padrão burguês-aristocrático (o que não era uma especificidade sua[9]), pois o que predominou no Brasil foi uma espécie de coronelismo e patriarcalismo não dissociados do modo de dominação burguês. O que se nota é a junção de elementos herdados da concepção aristocrática agrária e mercantil com a intelectualidade e a modernização.

Voltando à tese de Juçara Mello (2012), notamos que a autora chama a atenção ao fato de que o grupo Othon, ao adquirir alguma fábrica que já havia sido instalada, substituía sua razão social pelo nome de uma mulher da família, tal como aconteceu com as Fábricas Esther (em Santo Aleixo, no município de Magé-RJ), Fábrica Maria Amália (em Curvelo-MG), Fábrica Amalita (em Recife) e Fábrica Carmen (em Fernão Velho, Maceió-AL).

Segundo Juçara, é possível que esta mudança nas denominações das fábricas tenha um sentido simbólico de moralização, com a ideia de inserir uma moral familiar dos

9 Para percebermos outros casos similares, recomendo o conceito de "servidão moderna" de José Sérgio Leite Lopes (1988), em que o autor analisa o contexto de dominação "fábrica com vila operária" na cidade de Paulista-PE. Leite Lopes nos apresenta principalmente através das entrevistas com trabalhadores/as que havia todo um processo de "teatralização da dominação" em que aspectos do mandonismo e do patriarcalismo oligárquico aparecem com muita frequência nos modos de dominação.

operários entre si e entre estes e o patronato. Era um modo de incutir no operariado a ideia da fábrica como mãe e do patrono (Othon) como pai dos operários. Assim, buscava-se legitimar valores culturais do empresariado, mantendo o princípio patriarcal da família arcaica, no ambiente da produção fabril e na vila operária, favorecido pela moral familiar apregoada pelos industriais.

Esta representação simbólica pode ser visualizada nas falas de operárias/os da fábrica Carmen de Fernão Velho, onde costumam remeter-se à fábrica como "uma mãe", a qual dava-lhe o sustento; enquanto que o Othon era o homem forte, que sabia cuidar de "seus filhos" (entenda-se a classe operária).

Entretanto, entendemos que este método ou padrão de gestão fabril se construiu como um instrumento para fazer reconhecer a legitimidade da dominação e buscar a contenção da resistência de classe através de uma moralidade que, caso não tivesse sido ainda absorvida pelo operariado (em sua grande maioria de origem camponesa), deveria ser implantada nestes e em seus filhos. Desse modo, pode-se afirmar que a utilização da escola, da igreja e dos diversos grupos (escoteiros, esportistas, religiosos etc.), desde muito tempo implantados pelo gerenciamento fabril, tinha como propósito a contenção e moralização dos futuros operários (CORREIA, 1999).

Assim, os industriais nos deixam subtender a relação patrão *versus* operário como uma espécie de trabalho familiar, em que o "grande pai" cuidava dos recursos materiais, a "mãe" dos cuidados domésticos e os filhos (os/as operários/as) contribuíam com seu trabalho para o enriquecimento da família fabril. O mantimento da ordem escravocrata-mandonista mantinha-se cotidianamente e institucionalmente na relação de dominação estabelecida pelo grupo Othon em Fernão Velho.

5 - A vila operária de Fernão Velho: espaço de visualização simbólica e material das contradições da modernização

A partir dos pressupostos até então apresentados, visualizaremos como – a partir da afirmação contida nas falas de operários e operárias da antiga fábrica do grupo Othon Bezerra de Melo, a Fábrica Carmen de Fiação e Tecelagem[10], situada em Fernão Velho (Maceió-AL) - poderemos perceber as contradições da dita modernização fabril (utilizada com veemência pelo discurso de industriais e de políticos favoráveis ao chamado

10 A Fábrica Carmen, antes denominada União Mercantil, foi a primeira indústria têxtil fundada na então Província de Alagoas, em 1857, ainda no Brasil Imperial e escravista. Está entre as primeiras fábricas têxteis do Brasil. Foi instalada por José Antônio de Mendonça e outros sócios. Em 1891 é adquirida pela família Machado, em 1937 pela família Leão e, por último pela família Othon Bezerra de Melo, em 1943. Para mais detalhes sobre a fábrica ver FARIAS, Ivo dos Santos. Nossa casa é do patrão: dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho (Maceió/AL). Curitiba: Appris, 2014.

desenvolvimentismo) bem como poderemos notar que, na prática, a classe trabalhadora localizava-se na berlinda das contradições do capital no Nordeste brasileiro, em que o processo de industrialização estava entrelaçado com a mentalidade mandonista.

Iniciemos analisando as contradições simbólicas desta modernização, pois foi muito comum encontramos nas falas dos operárias/os de Fernão Velho a afirmação de que, em tempos de festas, a esposa do industrial Othon, Maria Amália, costumava aparecer na vila operária e distribuir "presentes" às/aos filhas/os das/os operárias/os, enquanto que o Othon "jogava" dinheiro para os/as operários/as através da janela do segundo andar de um prédio chamado casarão ou casa-grande, que era utilizado exclusivamente para moradia e visita de familiares dos proprietários da fábrica.

Os/as operários/as ressaltaram também em suas falas que, em caso de morte de algum/a operário/a, os seus familiares solicitavam tecido para "vestir o morto" (para a mortalha). Testemunharam que os gerentes costumavam conseguir tal tecido muito rapidamente, pois mandavam tinturar o pano e entregavam-no a quem solicitou. A esposa do patrão também costumava "dar" enxovais quando nasciam as/os filhas/os das operárias da fábrica. Havia, portanto, o mito de que o patronato dava "do enxoval ao funeral".

Outra prática comum mencionada pelas/os operárias/os era a distribuição da "xepa" durante o fim do ano para cada operário. A "xepa" era composta por alguns metros de panos "dados" para os/as operários/as para que estes pudessem fazer as vestimentas a ser utilizadas nas festas públicas natalinas. Ao consultarmos o dicionário Aurélio, encontramos a palavra "xepa" como "resto de comida", "resto de comida exposta numa feira, geralmente mais barata e de baixa qualidade".

Esta categorização da palavra "xepa" talvez nos esclareça a contradição simbólica da modernidade industrial brasileira, que se autointitula(va) preocupada com os seus "filhos" (operários); no entanto, os patrões – tidos como benevolentes e caridosos – pagavam-lhes com "resto" de tecidos produzido pelos operários em uma fábrica que exportava tecidos para várias regiões do mundo.

Entra aqui a questão da alienação e do fetichismo da mercadoria, pois na medida em que o produto feito pela classe trabalhadora torna-se estranha a si a tal ponto que os "restos" de sua produção, ou seja, aquilo que lhe é arrancado da mais-valia é parceladamente devolvida como uma espécie de "dádiva" patronal quando na verdade é produto do próprio trabalhador. O fato de ser entregue em forma de tecido e não em forma de dinheiro significa um aprofundamento da dominação patronal e resquícios da mentalidade escravista posta nas entrelinhas.

Ademais, este caso da "xepa" também tem uma dimensão simbólica que nos faz perceber a mentalidade da burguesia nacional, porque mostra que permanece o

mandonismo, em que se pretende mostrar as relações de trabalho como uma espécie de troca de favores entre patrões e operários, equivalente à entrega de cachaça de má qualidade da sobra da produção canavieira para os escravizados.

Desse modo, os valores escravistas e patriarcais aparecem subtendidos nesta "teatralização" da dominação, desde o pagamento da "xepa" até a distribuição de brindes, moedas, confeitos para crianças etc., enfim, práticas que explicitam que o patrão gostaria de se mostrar como "bondoso" e preocupado com os operários e com seus filhos (a futura força de trabalho?). Na verdade, tudo isso era muito mais um jogo de dominação e de contenção para com os operários, que se servia de uma questão cultural ainda imbricada nas relações sociais em que o mandonismo estava ainda muito presente.

Estas práticas explicam o simbolismo de determinados aspectos das formas de dominação e da mentalidade dos industriais, na medida em que apontam a junção de elementos herdados de concepções da aristocracia agrária e mercantil e o contato com grandes centros de comércio no exterior e a relação estreita com a política e a intelectualidade de seu tempo (MELLO, 2012).

Esta relação "familiar", oligárquica e patriarcal inserida pelo grupo Othon condizia com o próprio sentido da modernização brasileira, a qual se efetivou mantendo valores e práticas arcaicas internamente, ao mesmo tempo em que a burguesia-oligárquica brasileira se manteve sob a dominação do grande capital financeiro internacional, ocupando um papel de coadjuvante no mercado internacional.

Outro aspecto que não podemos deixar de ressaltar é o da propriedade das casas das/os operárias/os, do território em volta da fábrica e da vila operária e do espaço público em Fernão Velho. A ênfase do patronato em querer mostrar domínio e conter a classe trabalhadora estava muito evidente na posse da casa dos operários.

Para José Sérgio Leite Lopes (1979), esta posse servia como "imobilização da força de trabalho", porque o fato de o trabalhador viver na casa dos industriais fazia com que este tivesse ciência que, em caso de demissão, seria também despejado juntamente com sua família, o que poderia gerar receio deste em resistir a certas determinações patronais e/ou organizar-se no movimento operário.

Além da moradia, o grupo Othon, em Fernão Velho, responsabilizava-se pela promoção de assistências médicas e hospitalares (incluindo maternidade), cinema, festas, construção de praças, de espaços festivos etc. Não só a construção, mas também a administração e manutenção destes espaços eram de total incumbência da fábrica. A interferência do serviço público-estatal era quase inexiste ao menos até a década de 1970 em Fernão Velho.

Os/as entrevistados/as ressaltaram que havia um trabalhador conhecido por nome de

senhor Campina, que era o gerente externo da fábrica. Ele era responsável por cuidar da vila operária, desde as pinturas das casas, a limpeza das ruas, construções na parte externa da fábrica, praças e a estética da vila operária como um todo; além disso, o gerente externo se encarregava da disciplina do operariado, pois fazia o papel de uma espécie de inspetor do operariado.

Podemos entender a função deste gerente externo como uma espécie de personificação do olhar do patrão sobre o cotidiano operário, porque este absorveu de tal modo a mentalidade contraditória da burguesia que acabava executando os cuidados com a estética fabril de modernização em conjunto com o controle sobre do cotidiano fabril e da repressão operária.

No filme Memória da Vida e do Trabalho (1986), de Celso Brandão com texto de José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim, gravado na vila operária de Fernão Velho, há uma análise o sistema de "fábrica com vila operária" (LEITE LOPES, 1988), apresentando algumas questões pertinentes à nossa análise, as quais destacamos: 1) a presença do parque industrial com aspecto rural; 2) fábricas nordestinas com força de trabalho não especializada, diferente dos grandes centros industriais (Rio de Janeiro e São Paulo); 3) a morada na vila significava estar sob o domínio do trabalho; 4) em tempos de topo de produção, a fábrica forçava famílias a dividirem a mesma casa; 5) as más condições salariais ressaltadas pelos/as operários/as; 6) e as formas de diversão e de resistência operária.

A partir dos seis pontos acima destacados, podemos notar as contradições do discurso dos industriais e as adaptações à realidade de Fernão Velho, porque a exaltação da modernização feita pelo grupo Othon e seu patrono, bem como a propaganda e a teatralização do bem-estar dos trabalhadores e da relação pacífica entre patrão e operários são postas em xeque, uma vez que os/as operários/as denunciavam as contradições do discurso patronal.

Este discurso de modernização "ordeira" também se chocava com a fala das/os operárias/os que entrevistamos, haja vista que o bem-estar estava centrado apenas nas festas, enquanto que o cotidiano se fazia dentro de condições bastante precárias, devido ao baixo salário, à repressão patronal e policial, às fraudes na produção dos trabalhadores e aos diversos descontos nas folhas de pagamento.

Ainda no filme Memória da Vida e do Trabalho, dentre as falas de outros/as trabalhadores/as, destaca-se a de um senhor chamado Luís Gitaí, que foi apontado pelos demais operários como um dos grandes líderes do movimento operário durante as greves em Fernão Velho. Gitaí afirmou que a construção de sua casa e o terreno em que morava não se deram como "presentes" dos patrões, mas sim às custas de seu próprio trabalho "de

dia e à noite" e complementou: "[...] lutei... e com esse salário que eu tinha não dava para criar quatro filhos, nem educar quatro filhos como, graças a Deus, eu criei nesta casa".

Gitaí expõe, portanto, as contradições da modernização, ao mesmo tempo em que evidencia a consciência de classe, ao perceber-se enquanto construtor de sua vida material e espiritual (no sentido materialista) em oposição ao mandonismo fabril, ele demonstrou a síntese da contradição desta modernização que, na verdade se apoiou sobre condições históricas em que a burguesia brasileira e, mais especificamente a nordestina, entravam tardiamente no mundo moderno utilizando-se da super-exploração da força de trabalho em submissão às ordens do capital internacional.

Para sustentar-se no poder político e econômico, esta burguesia utilizou-se de instrumentos de dominação que antecediam a inserção da indústria capitalista baseada em relações de exploração salarial. Valores como a ideia de trabalho enquanto troca de favores, mandonismo, patriarcalismo fizeram-se presentes e eficientes para a dominação do capital.

Desse modo, as contradições se explicitam nas condições materiais, simbólicas, institucionais e cotidianas, o que nos faz concordar que o sentido da formação e desenvolvimento da modernidade brasileira está entrelaçado ao desenrolar histórico em que a linha-mestra do conservadorismo não deixou de existir mesmo com a aparente modernização e avanço tecnológico.

6 - Considerações Finais

Podemos perceber ao longo desta breve exposição exemplificada pela análise de Fernão Velho que a mentalidade e as práticas burguesas no Brasil deram-se (e continuam se dando) de forma bastante controversas, porque - embora houvesse um grande processo de industrialização no campo e nas cidades, investimentos massivos em transportes internos e avanços sobre o acesso à tecnologia - o sentido de toda esta transformação estava em modificar certos elementos para manter tudo como antes, isto é, não perder o conservadorismo político, econômico e social, mesmo com a injeção da modernização. O sentido foi o de submissão ao grande capital externo: exportação e aproveitamento das "brechas" oferecidas pelas grandes potências.

Assim sendo, o grupo Othon (assim como vários outros grupos no país) utilizou-se de um modelo de dominação operária denominado "fábrica com vila operária", que representava bem o que José Sérgio Leite Lopes (1988) conceituou como "servidão burguesa", em que o patrão fez papel de industrial, de pai e de grande proprietário rural, pois não só dominava a produção fabril, mas grande território ao redor da fábrica, promovendo inclusive uma série de assistências e assistencialismos aos operários, tais como escolas,

ambulatório, cinema, clubes etc. Toda esta estrutura oferecida pelo patronato tinha o intuito de conter o operariado, mas também de demonstrar uma forma de poder patriarcal, no qual o patrão ultrapassaria a condição de "frio" capitalista.

Esta mentalidade dos industriais, portanto, não destoou deste sentido da dominação burguesa, oligárquica e autocrática brasileira. Muito pelo contrário, foi um refinado modo de modernizar, mas sem perder o sentido inicial da formação nacional e da condição histórica em que estava inserida a burguesia brasileira. O coronelismo e o mandonismo foram partes integrantes da forma de dominação política estatal e privada.

Por fim, as condições até então apresentadas colaboram para que possamos entender o contexto histórico brasileiro e a mentalidade expressa no senso comum, pois se a classe dominante teve em seu alicerce a junção entre a modernização e o arcaísmo, tais modos de pensar e de agir são condições para que esta mentalidade transborde para as demais classes sociais (ou seja, para a classe média e para proletariado), as quais podem reproduzir em seu cotidiano elementos da ideologia dominante, o que explica, portanto, as circunstâncias históricas da atualidade e de outros tempos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria do Carmo. Othon Bezerra de Mello. Recife, 2005. Disponível em:<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?tion=com_content&view=article&id=189&Itemid=194tr> Acesso em: 25 nov. 2010.

ARRUDA, Pedro Fassoni. Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CIPRIANO, Waldir. Fernão Velho tradição e história. *O Jornal*, Maceió, 17 jan. 1999. Caderno de cultura, p. B/4, B/5.

CORREIA, Telma de Barros. Pedra: plano e cotidiano operário no sertão. Campinas: Papirus, 1998. 320p.

FARIAS, Ivo dos Santos. Nossa casa é do patrão: dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho (Maceió/AL). Curitiba: Appris, 2014.

FERNANDES, Florestan. O modelo autocrático burguês. In: *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975. p. 289-366.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil. São Paulo: Global Ed., 1982.

LOPES, José Sérgio Leite. A tecelagem dos conflitos de classe na "Cidade das Chaminés". São Paulo: Marco Zero & Brasília; Editora da UnB em comissão com a MCT/CNPq, 1988.

_____. Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In:

LEITE LOPES, José Sérgio. et al. *Mudança social no Nordeste*: a reprodução da Subordinação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série estudos sobre o Nordeste; v. 5). p. 41-98.

LOWY, Michael. Teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Revista Outubro*. v. 01, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. O manifesto comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa. Fios de rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949). Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Instituto de História da PUC-Rio. 2012.

MEMÓRIA da vida e do trabalho. Direção e produção de Celso Brandão. Argumento e texto: José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim. Roteiro: Regina Coeli. Maceió: Estrela do Norte, 1986. 1 DVD (20 min). son., color.

OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. Evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

STEIN, Stanley J. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil: 1850-1950. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Recebido: 07/04/2016
Aprovado: 31/05/2016